

11º MOSTRA CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO



CONTROLE ADMINISTRATIVO POR MEIO DA TUTELA ADMINISTRATIVA

Autor(res)

Maira Soares Camacho Guilayn Ivana Guerra Mendez Glória Maria Moura Rodrigues Francine Mota Camargo Bruno

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A discussão teórica sobre o controle administrativo fundamentado na tutela administrativa revela-se crucial para compreender a dinâmica entre a Administração Direta e Indireta, destacando o controle finalístico e a descentralização administrativa como elementos-chave desse processo.

No contexto contemporâneo, programas e políticas públicas de controle e integridade desempenham um papel fundamental na promoção da sustentabilidade e eficiência das entidades controladas.

Dentro desse contexto, destacam-se instrumentos de controle essenciais, como a Portaria 57/2019 da CGU (Corregedoria Geral da União).

Objetivo

Ao atuar como órgão de controle interno no âmbito federal, a CGU desempenha um papel central na fiscalização e no aprimoramento das práticas administrativas. Além disso, leis específicas possuem um papel significativo nesse processo de controle.

Material e Métodos

A pesquisa foi do tipo exploratória, método dedutivo com base de dados bibliográfica e revisão documental, utilizando a Constituição federal Brasileira, as legislações brasileiras, inclusive as mais recentes:

A Lei de Licitação e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que visa garantir a lisura e a competitividade nos processos licitatórios;

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 14.230/2021), que busca coibir práticas que atentem contra a honestidade e a probidade no exercício das funções públicas;

A Lei Anticorrupção Lei nº 12.846/2013), que desempenha um papel fundamental no combate à corrupção, estabelecendo responsabilidades tanto para pessoas jurídicas quanto para agentes públicos.

Resultados e Discussão

Em síntese, os mecanismos estabelecidos para a execução do controle administrativo mediante a Tutela da Administração Direta sobre a Indireta, mesmo diante da ausência de hierarquia ou subordinação, desempenham



11^a MOSTRA CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO



um papel crucial em um sistema eficaz de governança.

Entretanto a eficácia do controle administrativo não está apenas na existência dos dispositivos legais, mas na atuação diligente e responsável dos agentes públicos encarregados de sua aplicação. Somente através desse comprometimento será possível assegurar a transparência, a eficiência e a conformidade das atividades administrativas, promovendo, assim, o bem-estar da sociedade e a preservação dos valores fundamentais delineados na Constituição.

Conclusão

Em síntese, os mecanismos estabelecidos para a execução do controle administrativo mediante a Tutela da Administração Direta sobre a Indireta, mesmo diante da ausência de hierarquia ou subordinação, desempenham um papel crucial em um sistema eficaz de governança.

Entretanto a eficácia do controle administrativo não está apenas na existência dos dispositivos legais, mas na atuação diligente e responsável dos agentes públicos encarregados de sua aplicação. Somente através desse comprometimento s

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 de nov. de 2023.

BRG ADVOGADOS. Corregedoria da Receita Federal apena empresa acusada de suborno. 2023. Disponível em: https://www.brgadvogados.com.br/corregedoria-da-receita-federal-apena-empresa-acusada-de-suborno/. Acesso em: 11 de nov. de 2023.

LUCIA, Maria. Lei Anticorrupção: uma década de medidas e avanços no combate à corrupção no Brasil. 2023. Disponível em: https://ouvidordigital.com.br/blog/lei-anticorrupcao-10-anos/. Acesso em: 11 de nov. de 2023.

VIEIRA, James Batista. BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília; ENAP, 2009.